



ADITIVO III
PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

A. F. FELIPE CONFECÇÕES EIRELI

E

A. FERREIRA FELIPE LAVANDERIA

PROCESSO Nº 0001969-62.2016.8.16.0133
VARA CÍVEL – COMARCA DE PÉROLA – PR

DEZEMBRO – 2019



ADITIVO III

PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

A.F. FELIPE CONFECÇÕES EIRELI e A. FERREIRA FELIPE LAVANDERIA ou Recuperandas), pessoas jurídicas de direito privado, constituídas: a primeira na forma de EIRELI - EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.708.500/0001-21, com sede e principal estabelecimento na Rua Anita Garibaldi, 1262 Centro, na cidade Pérola, Estado do Paraná, CEP 87.540-000, e a segunda inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.688.786/0001-93 na forma de Sociedade por quotas de responsabilidade limitada - ME com sede na Estância Terra Boa, S/N Centro, na cidade Esperança Nova, Estado do Paraná, CEP 87.545-000, propõem o seguinte **ADITIVO III** ao Plano de Recuperação Judicial, em complemento ao **Plano de Recuperação Judicial (Mov. 129)**, **Aditivo I (Mov. 528)** e **Aditivo II (Mov. 540)**.

Considerando:

(i) que as Recuperandas têm enfrentado dificuldades econômicas, mercadológicas e financeiras, e em resposta a tais dificuldades, ajuizaram pedido de recuperação judicial e apresentaram seu Plano de Recuperação Judicial e Aditivos I e II nos termos da Lei nº. 11.101/2005.

(ii) que durante o processamento da recuperação houve o agravamento da crise econômica brasileira, somada a crise política instaurada, fatos alheios à vontade das Recuperandas, vez que o mercado do ponto de vista macroeconômico vive períodos de instabilidade e de insegurança do ponto de vista político;

(iii) que não houve melhora no mercado Têxtil no ano de 2019, inclusive com queda drástica nas vendas no período de maior expectativa de recuperação de faturamento, qual seja, o último quadrimestre do ano;

Com base nas considerações descritas acima, mediante este **Aditivo III**, as Recuperandas propõem novas condições para viabilizar seu soerguimento e pagar seus credores, com fim a superar a crise econômico-financeira e alcançar a finalidade social esculpida no Art. 47 da Lei 11.101/2005.



O presente aditivo se faz necessário, diante da forte crise que vem assolando o setor têxtil e do grande volume de débitos a serem liquidados no 1º ano da concessão a Recuperação Judicial, que tem créditos trabalhistas que somam mais de R\$ 3milhões de reais, a Recuperanda precisa apresentar o presente modificativo ao Plano de Recuperação Judicial, a fim de poder continuar preservando a manutenção de sua atividade empresária.

A crise está muito forte no setor e vem atingindo diversas empresas do segmento, conforme se observa da publicação do site sobre o comportamento do setor de vestuário no Brasil: "...A variação em percentuais frente a um ano atrás mostra queda na produção em -4,3%. Importação com mais 8% e exportação menor, da ordem de -19,6%. Dados do O IEMI – Inteligência de Mercado, sobre números do IBGE e SECEX (Monitor Mercantil/SP/17-05-2019)..." www.iemi.com.br/indicadores-vestuario

E é nesse cenário que as Recuperandas estão inseridas, sendo que neste ano de 2019, tomou várias ações para a manutenção do negócio, inclusive, com fechamento de 03 lojas deficitárias, visando a redução de custos, bem como, negociou preços de matéria prima, aluguel de lojas, entre outras ações.

Com a oferta de crédito limitada, por conta da insegurança do mercado, o aumento do custo do dinheiro dificulta, ainda mais, as ações de recuperação, tendo em vista o prazo das vendas deste mercado ser demasiadamente longo, chegando até 180 dd líquido, com prazo médio girando em torno de 90 dias.

Outro fator econômico importante de se mencionar é que, com a queda nas vendas deste ano, a empresa funcionou, na maioria dos meses, com faturamento abaixo do ponto de equilíbrio.

Isto agravou a condição de “geração de caixa”, o que impossibilitou, na maioria dos meses, amortização de dívidas trabalhistas, juntamente com outras despesas do dia a dia da empresa para manutenção da atividade.

Segue abaixo um quadro comparativo da vendas:

COMPARATIVO DE VENDAS 2018 / 2019 – 767 Jeans

PERÍODO DE VENDAS	VARIAÇÃO %
1º	16,44
2º	5,08
3º	-37,23
Out/ Nov	-45,53
Acumulado Ano	-17,33

Mas mesmo neste estado de crise, as Recuperandas acreditam em seu negócio, sendo que sua recuperação não ocorreu como planejado, pois, o próprio mercado não se equilibrou, estando no ano de 2018 sobre forte influencia negativa por conta da instabilidade política, com eleições, greve dos caminhoneiros e muitos outros fatores que não permitiram que nosso país se desenvolvesse, apontando mais de 13 milhões de desempregados.

O ano de 2019, a instabilidade politica vem diminuindo, e lentamente as medidas do governo vem criando um cenário mais promissor, com aprovação da reforma da previdência e expectativa de tantas outras reformas que estão sendo anunciadas.

Neste contexto as Recuperandas acreditam que ano de 2020 será o ano da virada, sendo o pais com sua politica e economia mais estável, as empresa passaram novamente a apresentar rentabilidade para superação da crise.

As Recuperandas vem buscando inúmeras medidas para superação da crise, fazendo modificações em seu modo operandi de negocio, se reestruturando a cada dia, sendo que inclusive passou a comercializar novas marcas, implementando trabalhos através de representantes comerciais, televendas e E-COMMERCE, bem como trabalhos denominados como "Estrada com a DOCTOR.

Com estas ações temos a expectativa de aumento no faturamento, na ordem de 30%, com preço médio acima do preço médio de venda das lojas dos Shoppings Atacadistas.

Neste cenário, poderemos chegar faturamentos rentáveis com aumentos de 38% acima do encontrado em 2018.

Estão sendo tomadas inúmeras medidas para desenvolvimento das equipes de representantes e estamos investindo na reestruturação de área comercial para gerir este projeto.

As Recuperandas desempenham um importante papel social para cidade de Perola/PR e toda região sendo que hoje gera **150 postos de trabalhos diretos e cerca de 600 indiretos.**

A importância do ramo de confecção para o desenvolvimento da Cidade é fundamental, em especial, a 767 Jeans, segunda maior empresa da Cidade. Além dos empregos, diretos e indiretos, o reflexo do funcionamento da empresa para o comércio e existência da Cidade é vital.



A empresa está consciente da função social que pesa sob seus ombros e está lutando, dia a dia, contra todos os contratemplos, para superar este período crítico em que passa o país, com crise econômica, advinda da crise dos poderes e de desmandos de governos, ao longo do tempo.

A empresa está apostando em um ano vindouro melhor, onde poderá iniciar o caminho da recuperação econômica e estrutural do negócio, inclusive, com crescimento de postos de trabalho e oportunidades de negócios para o entorno.

Em anexo a este aditivo, projetamos os resultados através de um fluxo de caixa para 2020 que comprova a eficácia destas ações.

O fechamento ou quebra da empresa não favorece a nenhum credor e a ninguém, pois, a empresa precisa estar ativa e operante para conseguir levantar recursos para pagar seus credores.

Com efeito, o presente aditivo se apresenta como um meio de recuperação judicial, pelo qual a empresa luta para honrar todos os seus débitos, precisando para tanto que sem aprovados pelos credores estas novas condições de pagamento que abaixo passam a ser especificadas, visando sempre viabilizar seu soerguimento e pagar seus credores, cumprindo assim os objetivos esculpidos no art. 47 da Lei 11.101/2005.

1. DOS CRÉDITOS TRABALHISTAS

O Plano e Aditivos apresentados e homologados consideraram um prazo de pagamento dos créditos trabalhistas habilitados no quadro de credores e sujeitos ao Plano de Recuperação Judicial, até o final do décimo segundo mês subsequente ao mês de intimação da decisão judicial que homologar o plano, podendo tais pagamentos ocorrerem de forma fracionada ao longo deste período, com início da amortização em até 30 dias do mês subsequente da intimação da decisão judicial que homologar o plano, facultando as Recuperadas a pagar em uma ou mais parcelas.

Visando melhor fomentação do fluxo de caixa, meios para assegurar a manutenção e preservação da empresa, bem como para saldar seus débitos junto a seus credores trabalhistas que até esta data vem sendo realizados, mas em virtude das considerações descritas acima, ainda não foram integralmente liquidadas, as Recuperandas propõe que **créditos trabalhistas sejam quitados até o décimo segundo mês da intimação da decisão judicial que homologar o presente Aditivo III ao Plano**, podendo tais pagamentos ocorrerem de forma fracionada ao longo deste período, facultando as



Recuperandas a pagar em uma ou mais parcelas, desde que respeitado o prazo de um ano após a intimação da homologação deste Aditivo III.

Créditos trabalhistas que forem postulados em juízo, cuja a origem da demanda sejam sujeitos a Recuperação Judicial, deverão ser pagos também dentro do prazo de 1 (um) ano, após o trânsito em julgado da sentença de habilitação de crédito, quando este ocorrer após a decisão de homologação do plano.

2. DEMAIS CRÉDITOS E CREDORES

As demais categorias e classes de credores não sofrem nenhuma modificação nas condições já estabelecidas e aprovadas, continuando assim inalteradas as condições de pagamento para o demais credores.

Diante das considerações expostas, através do presente Aditivo III, fica alterado o Plano de Recuperação Judicial constante nos autos, tão somente nas condições expostas acima, ficando revogada ou alterada, qualquer disposição em contrário, ao presente aditivo.

Assim, as condições deste aditivo sujeitam todos os credores já habilitados e aos que oportunamente possam vir a fazer parte do quadro geral de credores.

As demais disposições do Plano de Recuperação Judicial e Aditivo I e II apresentadas nos autos de Recuperação Judicial permanecem inalteradas, ressalvadas no que foram alterados pelo ora aditivo.

Sem mais, é o presente Aditivo III ao Plano de Recuperação Judicial.

Pérola/PR, 4 de dezembro de 2019

A.F. FELIPE CONFECÇÕES EIRELI e
A. FERREIRA FELIPE LAVANDERIA
Recuperandas

DC Consultoria Ltda.
CNPJ 10.787.462 /0001-54

ANEXO PROJEÇÃO CAIXA 2020 - ADITIVO III AO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/CE
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJ5FC 9LY3M 35567 XMQAK

